**OLVEBRA S/A, OLVEBRA INDUSTRIAL S/A, MULTICORP INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. e OLVEPLAST – OLVEBRA
EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.**

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES - VIRTUAL

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, a Administradora Judicial, João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados, na pessoa do Dr. Fernando Scalzilli e Dr. João Pedro Scalzilli, nomeada nos autos da recuperação judicial de **OLVEBRA S/A, OLVEBRA INDUSTRIAL S/A, MULTICORP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA e OLVEPLAST – OLVEBRA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA**, em trâmite perante a Vara Judicial do Foro da Comarca de Eldorado do Sul/RS, sob o nº 5000435-19.2020.8.21.0165, apregou os presentes mediante o chamamento individual de cada credor e encerrou a conferência da lista de presença (gravação anexa). A Administradora Judicial indicou como secretário o **EDUARDO DA CUNHA GIULIANI**, representante do **BANCO ARBI S.A.**, o que foi aceito pela assembleia. Ato contínuo, a Administradora Judicial declarou retomados os trabalhos da segunda convocação da Assembleia Geral de Credores que havia sido suspenso em 28 de janeiro de 2021, cuja ordem do dia é a deliberação acerca da aprovação, modificação ou rejeição do plano de recuperação judicial. Com a palavra, a Administradora Judicial, na pessoa do Dr. Fernando Scalzilli, esclareceu que apenas os credores devidamente habilitados e presentes na Assembleia realizada em 18 de dezembro de 2019 teriam direito a voto, podendo haver, contudo, a participação dos demais credores da condição de ouvintes, por meio de acesso ao *link* da transmissão via *Youtube* disponibilizado no site do escritório da administração judicial (<http://www.scalzilli.com.br/admjud/interna/grupo-olvebra>). Ainda, ressaltou que todas as ressalvas ao plano de recuperação judicial deveriam ser encaminhadas para o e-mail admjud@scalzilli.com.br, para serem juntadas nos autos como um anexo a esta ata. As presenças foram verificadas mediante chamamento de cada representante dos credores para apresentação de seu documento de identificação. Foi informado aos credores que as recuperandas apresentaram, em 09 de março de 2021, nos autos da recuperação judicial, modificativo ao plano de recuperação judicial, cujo acesso também se encontra disponível no site do escritório da administração judicial

(<http://www.scalzilli.com.br/admjud/interna/grupo-olvebra>). Após, foi passada a palavra ao procurador da recuperanda, Dr. Fábio Raimundi que, de imediato, requereu a suspensão da solenidade. Explicou que, em razão do agravamento da Pandemia e da classificação do Estado em bandeira preta, os ritmos dos trabalhos ficaram prejudicados. Ainda, referiu sobre a derrubada dos 12 vetos presidenciais da nova lei de recuperação judicial. Disse que as recuperandas farão alterações para atender essas mudanças, que tendem a beneficiar os credores, em razão da possibilidade de transações fiscais. Disse também, que, com os prazos físicos suspensos, ficou prejudicado o andamento das habilitações de crédito. Por fim, ressaltou a importância de manter o emprego dos funcionários ativos, ainda mais diante do cenário de Pandemia, evitando-se uma falência. Agradeceu ao tempo concedido e, com isso, propôs a suspensão da assembleia por sessenta dias, com apresentação de modificativo em 30 dias. Foi sugerida a data de 28 de maio de 2021 para retomada dos trabalhos. O Dr. Thiago Cidade pediu a palavra, ressaltando que as recuperandas pedem sempre novo prazo de suspensão, referindo a limitação do prazo de suspensão em razão da reforma da lei de recuperação judicial, que teria limitado em 90 dias. Ainda, disse que os credores não podem ficar dependentes das negociações com o Fisco. Disse que o bom senso já foi exercido pelos credores por muito tempo. A Dra. Tatiana, do Banco Bradesco, pediu a palavra e questionou sobre a limitação dos 90 dias de suspensão da reforma da lei. A administração judicial esclareceu que o prazo de 90 dias limitado pela reforma da Lei será apreciado pelo Juízo. O Banco do Brasil pediu que a recuperanda se comprometesse em melhorar o plano, principalmente no ponto do deságio. Novamente com a palavra, o Dr. Fábio esclareceu que os honorários da administração judicial foram integralmente quitados e que os honorários da administração judicial atual estão em dia. Disse que a aplicabilidade dos 90 dias está em debate e fez duas ponderações: a primeira, de que há decisão preclusa nos autos de que há suspensão até a aprovação do plano. Que mesmo que a lei entrou em vigor, deve respeitar os atos já consolidados anteriormente. Após, disse que a proposta é de suspensão de 60 dias e não de 90 dias, devendo ser apreciada pelo Juízo. Respondendo ao Banco do Brasil, disse que o tempo de suspensão servirá para alterar o plano em decorrência da reforma e com o compromisso de melhorar o benefício aos credores. O Dr. Thiago Cidade ponderou que já passaram os 60 dias, vez que a lei entrou em vigor dia 24 de janeiro de 2021. O **Banco Arbi** pediu para que fosse consignado o seguinte: em caso de votação ao plano, o Banco Arbi apresenta ressalva com relação a sua classificação e valor apontado pela recuperanda, situação que é objeto da impugnação n. 165/1.18.0002079-5. A ressalva

seria com relação ao cômputo do voto, que ficaria pendente face a impugnação referida. O **Banrisul** também solicitou consignação em ata, nos seguintes termos: não obstante, a manifestação proferida nesta Assembleia Geral de Credores, independentemente do seu resultado, não implicam, de qualquer forma, em renúncia à Garantias originalmente constituídas, sejam elas, mas não se limitando às: Garantias Reais (Hipoteca, Penhor e ou Anticrese), Fiduciária (Alienação e/ou Cessão) ou Fidejussórias (Aval e/ou Fiança), em plena conformidade com o disposto nos artigos 49, §§ 1º e 3º e 50 § 1º, ambos da Lei 11.101/2005, resguardando-se ao credor o direito de perseguir seu crédito contra os coobrigados, executando as garantias e ou tomando quaisquer outras medidas satisfativas previstas em Lei. Deverá ser consignado em ATA os sistema de amortização a ser utilizado pela Recuperanda (SAC, PRICE). A proposta de suspensão da assembleia com prosseguimento dos trabalhos em 28 de maio de 2021 foi aprovada por 99,20% dos créditos presentes. As recuperandas se comprometem em juntar plano modificativo até o dia 29 de abril de 2021. Todos os credores foram advertidos da data da continuidade do ato. Assim, a Administradora Judicial alertou aos presentes que a continuidade da Assembleia Geral de Credores dar-se-á em 28 de maio de 2021 também de forma virtual, com início dos trabalhos às 14 horas, sem a publicação de novo edital para tal finalidade. Lida a presente ata, que foi aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente da Mesa, Dr. Fernando Scalzilli e por 2 (dois) credores de cada uma das classes presentes.

João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados
Administradora Judicial

Secretário da Mesa
Eduardo da Cunha Giuliani
Representante do Banco Arbi S.A.

Olvebra S/A, Olvebra Industrial S/A
Recuperanda
p.p. Fábio Raimundi

Multicorp Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.
Recuperanda
p.p. Fábio Raimundi

Olveplast – Olvebra Embalagens Plásticas Ltda.
Recuperanda
p.p. Fábio Raimundi

Credor Classe I - Trabalhista
Emerson Reis Leal
p.p. Fernando Ferreira de Sousa

Credor Classe I - Trabalhista
Demóstenes Pinto, Scheibe, Schumacher & Cogo Advogados e Associados
p.p. Eduardo Schumacher

Credor Classe III – Quirografários
Juvesa Veículos Ltda
p.p. Luiz Eduardo Trindade Leite

Credor Classe III – Quirografários
Braskem S.A.
p.p. Mariana do Nascimento Lima

Credor Classe IV – ME/EPP
Clarisse Schossler dos Santos ME
p.p. Elaine Oliveira